



NOTA INSTITUCIONAL ASCGU/003/2025

A Associação dos Servidores da Controladoria-Geral da União (ASCGU), em resposta às recentes declarações do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, acerca da atuação da CGU no contexto da Operação "Sem Desconto" e das irregularidades envolvendo descontos associativos em benefícios do INSS, vem a público reafirmar, de forma inequívoca, o compromisso da CGU com a transparência, a legalidade e a defesa intransigente do patrimônio público.

1. A Missão Institucional da CGU

A Controladoria-Geral da União é um órgão de Estado, com uma missão essencial para a preservação da integridade dos recursos públicos e a promoção da boa governança na administração federal. Atuando como terceira linha de defesa do Estado, a CGU desenvolve ações preventivas e repressivas, combinando rigor técnico, independência e compromisso com o interesse público. Sua atuação é sustentada por princípios constitucionais como a legalidade, transparência, eficiência e *accountability*, além das melhores práticas internacionais em auditoria governamental.

2. Atuação Preventiva e Diligente

Desde 2022, a CGU identificou fragilidades estruturais nos controles internos do INSS, relacionadas à formalização e ao acompanhamento de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) voltados à ampliação da rede de atendimento previdenciária que, apesar de não relacionados aos descontos associativos investigados na Operação "Sem Desconto", já evidenciavam riscos no relacionamento do INSS com entidades privadas. Essas fragilidades foram devidamente comunicadas ao referido Instituto, com recomendações específicas para mitigação de riscos, conforme detalhado no **Relatório de Avaliação nº 826377, publicado em 30 de setembro de 2022**¹.

Os alertas se intensificaram a partir de 2024², desta vez relacionados diretamente aos descontos associativos. Com base na identificação de riscos, além de informações de diversas fontes sobre a gravidade do problema, a CGU iniciou uma auditoria em abril daquele ano, concluída em dezembro do mesmo exercício, que confirmou a fragilidade dos mecanismos de controle adotados pelo INSS no processamento dos descontos associativos.

¹Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/1318859>

² Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/1675762> e <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/1745585>



Diante desse cenário e das evidências coletadas, a CGU emitiu recomendações urgentes ao INSS, incluindo a recomendação de suspender a intermediação da cobrança de mensalidades associativas, a suspensão cautelar imediata de novos descontos e a suspensão de ACTs e descontos por parte de determinadas entidades, além do aprimoramento dos procedimentos de formalização, acompanhamento, suspensão e cancelamento dos Acordos, assim como a elaboração de proposta para a descontinuação desses descontos.

3. Resposta Rápida e Cooperação Interinstitucional

Quando as auditorias e o trabalho de inteligência da CGU indicam a materialização de riscos ou a ocorrência de ilícitos, a instituição atua de forma coordenada com outros órgãos de Estado, como a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União, para garantir a responsabilização dos envolvidos. Foi nesse contexto que a Operação "Sem Desconto" foi deflagrada, resultando na desarticulação de um esquema de descontos irregulares em benefícios previdenciários e na recuperação de recursos públicos desviados.

4. Esclarecimento sobre as Declarações do Ministro Rui Costa

As recentes declarações do Ministro Rui Costa, sugerindo que a CGU não teria alertado o governo sobre as fragilidades no controle dos descontos associativos, não encontram respaldo nos fatos.

A CGU alertou formalmente sobre riscos no relacionamento do INSS com entidades privadas desde 2022, por meio de relatórios técnicos, reuniões formais e recomendações específicas, conforme amplamente documentado em seus registros oficiais.

A responsabilidade pela implementação dessas medidas é da gestão do INSS, que deve atuar como primeira linha de defesa na proteção dos recursos públicos e convalidada pela área de compliance enquanto segunda linha de defesa.

Por fim, ignorar esses alertas é desconsiderar o papel fundamental da CGU como terceira linha de defesa do Estado e subestimar o valor do controle interno para a proteção do interesse público.

5. Compromisso com a Sociedade Brasileira

A ASCGU reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência e a integridade na gestão dos recursos públicos. Defender a CGU é defender o interesse público, a integridade do Estado e a confiança da sociedade brasileira em suas instituições. O fortalecimento da CGU como órgão de Estado, dotado de independência técnica e capacidade institucional para cumprir seu papel de forma plena e efetiva, incluindo



amparo jurídico, força de trabalho e recursos orçamentários suficientes é essencial para garantir que seu trabalho continue a proteger os cidadãos e a democracia brasileira.

A ASCGU reconhece e enaltece o papel fundamental da Controladoria-Geral da União na defesa intransigente do patrimônio público e na promoção de uma gestão pública íntegra e eficiente. É por meio do trabalho diligente e técnico de seus Auditores e Técnicos de Finanças e Controle que se assegura a correta aplicação dos recursos públicos e a preservação do interesse coletivo.

Defender a CGU é, também, defender os direitos dos cidadãos e a solidez do Estado Brasileiro.

Brasília, 08 de maio de 2025.

Diretoria Executiva da ASCGU